

Homens, Saúde e Políticas

Os três termos que compõem o título deste editorial, por si só, já podem desencadear amplo debate acerca dos sentidos a eles atribuídos. São termos que não se enclausuram em uma única chave conceitual. São, inversamente, atravessados por uma ampla polissemia que envolve negociações entre diferentes lógicas para se chegar a conceitos provisoriamente estabelecidos, para se lidar com os discursos que, em torno deles, se produzem e, igualmente, para servirem de base tanto para os acúmulos de conhecimentos produzidos acerca deles, quanto para as rupturas produzidas a partir desses acúmulos.

Sem querer entrar em análises conceituais, apenas pontuamos algumas advertências (ou provocações) para o debate que se inicia com este Número Temático acerca do assunto. Sabemos que quaisquer que sejam os conteúdos dessas advertências, estes serão objeto de críticas. Mas como compreendemos que são as críticas que, em grande medida, movem a produção do conhecimento que almeja ser científico, nos arriscamos a introduzir conceitualmente os temas em questão.

Homens – sempre no plural – nos leva a pensar muito mais em peças de um mosaico conceitual do que em uma definição fechada. E as peças são várias, uma vez que estamos falando de uma realidade complexa ou de tema polêmico. Mas, mesmo podendo de ser acusados de reducionistas, provisoriamente apontamos duas delas. Uma dessas peças se refere ao fato de não ser possível entender esse termo sem que se compreenda a relação que o mesmo estabelece com o outro componente da díade de gênero: mulheres (também sempre no plural). Outra peça é que o sentido plural a ele atribuído nos remete à ideia de diversidades, diferenças ou qualquer outra expressão que se oponha a um único padrão para se atribuir o que significa o status dos homens como seres sexuais.

O que advertir sobre Saúde? Se saúde se refere ao amplo espectro sobre o bem estar humano, o primeiro cuidado é não esgotarmos os esforços para a formulação de conceitos e práticas em torno das doenças ou do processo de adoecimento. É claro que não há saúde com doença. Mas isso não significa que possamos garantir que a ausência da doença, per si, configura a saúde. Outra advertência é que, dada a importância do que envolve a saúde, ela não pode ser pensada ou posta em prática apenas por parte de profissionais que a ela se dedicam, ou apenas sob a égide destes. A saúde, por ser um bem tão caro para uma sociedade, cabe a todos: especialistas e leigos; grupos e indivíduos; governantes e cidadãos, dentre outros que incluem a expressão “todos”.

Sobre as Políticas, logo chamamos a atenção para o fato de que o plural serve para apontar os vários campos das políticas, não só o da Saúde. Assim, de início, a discussão sobre o assunto envolve um olhar intersetorial. Essa expressão costuma ser associada a uma racionalidade de controle promovida por governos. Pode também ser vista como produto da atuação de movimentos sociais que se organizam em prol do estabelecimento e da defesa de direitos. Mas, quando ampliamos o termo para a expressão Políticas de Estado, nos parece que tanto os conflitos quanto as negociações entre os grupos e indivíduos entram em cena para que princípios sejam estabelecidos para a vida dos cidadãos. Aí se instala um grande desafio: como estabelecer princípios que assegurem os direitos de uns sem que se reforcem possíveis iniquidades? Esse questionamento atravessa a reflexão de alguns autores que participam desta coletânea de artigos.

Não trataremos da junção dos três termos que compõem o nosso título. Deixaremos para os autores que nos seguem a tarefa de trazer elementos para que a discussão – que apenas está começando – caminhe para novos horizontes, que surjam a partir da suspeição das certezas absolutas e do investimento reflexivo em novos temas, objetos e abordagens que emergem da articulação entre homens, saúde e políticas.

Romeu Gomes, Marcia Thereza Couto

Editores Convidados